

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.435 - BA (2019/0022773-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**SUSCITANTE** : **JOSEFA DE JESUS ANDRADE**  
**ADVOGADO** : **UBIRAJARA DIAS RABELO ANDRADE - BA046341**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS CÍVEIS DE**  
**PARIPIRANGA - BA**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO DE**  
**PAULO AFONSO - SJ/ BA**  
**INTERES.** : **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA**  
**INTERES.** : **UNIÃO**

**EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO FEDERAL E JUÍZO CÍVEL. PROCESSOS DISTINTOS. AÇÃO EXTINTA PELO JUÍZO FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO.

1 - Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, não se conhece do conflito de competência quando extinta a ação por um dos Juízes Suscitados.

2 - Conflito não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado por JOSEFA DE JESUS ANDRADE em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS CÍVEIS DE PARIPIRANGA - BA e do JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO DE PAULO AFONSO - SJ/ BA.

**Ação:** declaratória de nulidade de constituição de empresa c/c compensação por danos morais e reparação por danos materiais proposta por Josefa de Jesus Andrade em face da União e da Junta Comercial perante a Justiça Estadual (proc. nº. 8000204-15.2017.8.05.0189).

**Ação:** declaratória de nulidade de constituição de empresa c/c compensação por danos morais e reparação por danos materiais proposta por Josefa de Jesus Andrade em face da União perante a Justiça Federal (Proc. nº. 1501-04.2017.4.01.3306)

**Manifestação do Juízo Federal:** extinguiu o processo nº. 1501-04.2017.4.01.3306 sob o fundamento de que o pedido de anulação de pessoa jurídica é de competência da Justiça Estadual, sendo a União parte ilegítima para figurar

no pólo passivo.

**Manifestação do Juízo Estadual:** nos autos do processo nº. 8000204-15.2017.8.05.0189 declarou sua incompetência, tendo em vista que a junta comercial está subordinada ao DNCR (órgão federal), e determino o envio dos autos à Justiça Federal.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDO.**

Depreende-se dos documentos colacionados aos autos que o autor propôs inicialmente a ação de nulidade de constituição de pessoa jurídica apenas perante a União perante a Justiça Federal, a qual foi extinta sem resolução de mérito em razão da ilegitimidade passiva da União.

Posteriormente, ajuizou novamente a ação em face da União e também da Junta Comercial perante a Justiça Estadual, que, por sua vez, reconheceu sua incompetência e determinou o envio dos autos à Justiça Federal.

Dispõe a Súmula 59 do STJ que *"Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes"*. Assim, a decisão proferida pela Justiça Federal em processo diverso não induz o conflito de competência.

Com efeito, no processo nº 8000204-15.2017.8.05.0189 ainda não houve qualquer decisão proveniente da Justiça Federal a caracterizar o conflito de competência. Ressalta-se que somente, no caso da Justiça Federal se declarar incompetente para o julgamento do citado processo, caberá o conflito.

Forte nessas razões, não conheço do conflito de competência.

Publique-se. Intime-se. Oficie-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora